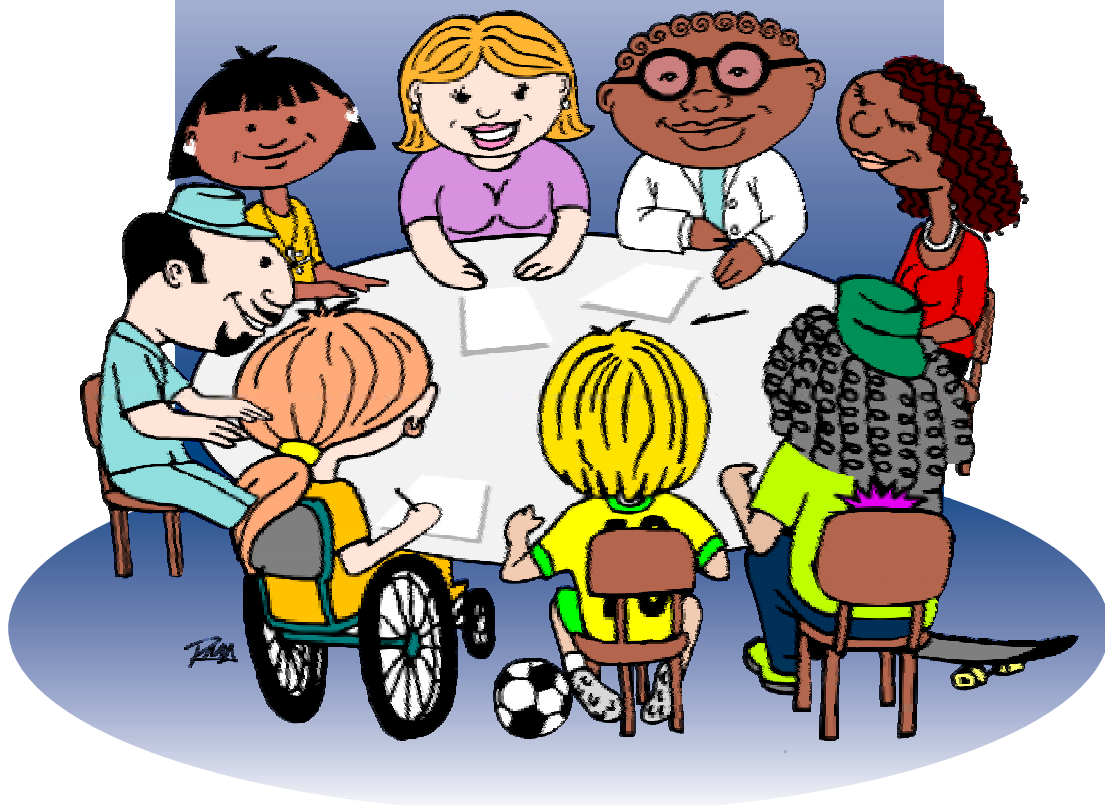


3

Conselho Escolar e o respeito e a valorização
do saber e da cultura do estudante e da comunidade

Programa Nacional
de Fortalecimento dos

Conselhos Escolares



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica

**Conselho Escolar
e o respeito e a valorização do saber
e da cultura do estudante
e da comunidade**

Brasília - DF
Novembro de 2004



Programa Nacional
de Fortalecimento dos

Conselhos Escolares

**CONSELHO ESCOLAR
E O RESPEITO E A VALORIZAÇÃO DO SABER E DA
CULTURA DO ESTUDANTE E DA COMUNIDADE**



Sumário

Apresentação	7
Introdução	10
Parte I – A escola, o Conselho Escolar e o processo de formação humana	13
1.1 O processo de formação humana: contribuição da escola	13
1.2 A escola da exclusão e os desafios para sua superação	20
Parte II – A escola da inclusão: pedagogia da emancipação	28
2.1 Educação básica e formação humana	28
2.2 O saber e o conhecimento no ato pedagógico	34
Parte III – O encontro dos saberes: pedagogia do respeito e da integração	51
3.1 Aprendizagem no encontro de saberes	51
3.2 Condições para o encontro de saberes	55
Referências	62

Apresentação

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

A Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, por meio da Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino, vem desenvolvendo ações no sentido de implementar o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Esse Programa atuará em regime de colaboração com os sistemas de ensino, visando fomentar a implantação e o fortalecimento de Conselhos Escolares nas escolas públicas de educação básica.

O Programa conta com a participação de organismos nacionais e internacionais em um Grupo de Trabalho constituído para discutir, analisar e propor medidas para sua implementação.

Participam do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:

- Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O material instrucional do Programa é composto de um caderno instrucional denominado *Conselhos Escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública*, que é destinado aos dirigentes e técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação, e seis cadernos instrucionais destinados aos conselheiros escolares, sendo:

- **Caderno 1** – Conselhos Escolares: Democratização da escola e construção da cidadania
- **Caderno 2** – Conselho Escolar e a aprendizagem na escola
- **Caderno 3** – Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade
- **Caderno 4** – Conselho Escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico
- **Caderno 5** – Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor
- **Caderno de Consulta** – Indicadores da Qualidade na Educação.

Este é um dos cadernos instrucionais, e pretende, assim como os demais, servir de subsídio às secretarias estaduais e municipais de educação na realização de capacitações de conselheiros escolares, seja por meio de cursos presenciais ou a distância. É objetivo também do material estimular o debate entre os próprios membros do Conselho Escolar sobre o importante papel desse colegiado na implantação da gestão democrática na escola.

O material instrucional não deve ser entendido como um modelo que o Ministério da Educação propõe aos sistemas de ensino, mas, sim, como uma contribuição ao debate e ao aprofundamento do princípio constitucional da gestão democrática da educação.

Vale ressaltar que não é propósito deste material esgotar a discussão sobre

o tema; muito pelo contrário, pretende-se dar início ao debate sobre essa questão, principalmente tendo como foco o importante papel do Conselho Escolar.

Muitos desafios estão por vir, mas com certeza este é um importante passo para garantir a efetiva participação das comunidades escolar e local na gestão das escolas, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade social da educação ofertada para todos.

Ministério da Educação

Introdução

A cultura e o saber da comunidade fazem parte da vida do estudante a ponto de constituírem a educação com a qual ele chega à escola.

As crianças, os adolescentes e os jovens formam-se na comunidade. Nela produzem e desenvolvem hábitos, atitudes, sentidos, conhecimentos, destrezas e competências. Essa educação fez com que eles sejam quem são. Eles chegam à escola com a educação vivenciada na família e na comunidade. O seu saber e patrimônio cultural não podem ser desrespeitados, nem devem ser apenas o ponto de partida para a educação escolar. Seu saber e patrimônio cultural devem fazer parte do processo da formação escolar.

Nesse processo, o Conselho Escolar pode dar uma importante contribuição ao cumprir sua função de instância de democratização da educação e de construção da cidadania (*Caderno 1*); é fundamental que ele acompanhe a aprendizagem das crianças, adolescentes e jovens na escola (*Caderno 2*). O processo de aprendizagem fica muito prejudicado se no trabalho pedagógico da sala de aula não se leva em conta, não se respeita, não se trabalha e não se valoriza o conhecimento do estudante e a cultura de sua comunidade (*este Caderno 3*). Para tanto é fundamental que o Conselho zele pelo uso significativo do tempo pedagógico na escola (*Caderno 4*) e participe da gestão democrática da instituição escolar (*Caderno 5*). No cumprimento desse seu papel de acompanhar e apoiar, avaliar, fiscalizar e decidir são sugeridos indicadores de qualidade para sua orientação (*Caderno de consulta*).

O que vamos encontrar neste caderno?

Neste caderno vamos refletir sobre a importância da presença do saber e da cultura do estudante no processo didático-pedagógico da escola. Vamos, também, refletir sobre a negação da educação para o cidadão, quando seu saber e sua cultura não são reconhecidos e levados em consideração.

O Conselho Escolar, que reúne todos os segmentos da escola e representan-



A cultura, o saber e o patrimônio cultural da comunidade são parte integrante e indispensável do currículo de uma escola que contribui para a formação humana das crianças, adolescentes e jovens.

tes da comunidade local, é o órgão privilegiado para garantir a valorização e a integração do saber do estudante e do patrimônio cultural da comunidade na prática educativa escolar. A vigilância crítica, o acompanhamento e o apoio para que isso ocorra é uma das atribuições mais importantes do Conselho Escolar.

O Caderno divide-se em três partes: a) a formação humana e os desafios a superar no âmbito da escola; b) a pedagogia da emancipação na escola; c) o

encontro dos saberes. Cada uma das três partes conclui com uma história relacionada ao tema.

Na primeira, abordamos o processo de educação como a produção histórica da existência humana. O respeito é a base para a socialização cultural. Fundado no respeito ao saber e à cultura do estudante, o educador cultiva as diferenças, criando oportunidades para expandir os conhecimentos, ampliar a convivência e a sensibilidade na formação do estudante. Para educar é fundamental respeitar e acolher características e ritmos diferentes dos estudantes. Apontamos conseqüências do não-respeito e da não-valorização do saber do estudante. A prática educativa que não respeita o conhecimento e a cultura do estudante leva a práticas da pedagogia da exclusão. Identificamos alguns desafios para a superação de práticas que levam à exclusão. Essas práticas merecem a vigilância do Conselho para sua superação no cotidiano escolar.

Na segunda parte, apresentamos elementos de uma prática educativa inclusiva, contribuindo no processo de emancipação das pessoas. Nesse processo, o respeito e o cultivo das diferenças é fundamental, porque oportuniza e garante acesso a todos no sentido de possibilitar que as diferentes habilidades sejam apoiadas e desenvolvidas e as diferentes formas de pensar sejam respeitadas e desenvolvidas. Exemplificamos esse processo com a forma de trabalhar o conhecimento na prática educativa escolar. Nessa parte, encontram-se elementos que merecem acompanhamento e apoio do Conselho para sua implementação e ampliação.

Na última parte constam elementos que demonstram a importância da valorização e da integração do saber do estudante e da cultura da comunidade e indicam-se pistas para o encontro desse saber e da cultura com o saber e a cultura escolar. O encontro dos saberes ocorre na relação entre o que se ensina e o que o estudante já sabe. Esse encontro de saberes ocorre no respeito mútuo e no confronto da diversidade. Respeitando os saberes diferentes, construídos nas diversas relações sociais, e confrontando-os, ampliam-se os saberes.

Parte I

A escola, o Conselho Escolar e o processo de formação humana

O Conselho Escolar e a formação humana na escola. Os desafios a superar na prática escolar

I.1 O processo de formação humana: contribuição da escola

O Conselho Escolar é o espaço que todos os segmentos da comunidade escolar e da comunidade local têm para discutir e encaminhar ações que assegurem as condições necessárias à aprendizagem na escola, para que as crianças, adolescentes e jovens possam ser cidadãos que participam plenamente da vida social. A escola é a instituição especializada da sociedade para oferecer oportunidades educacionais que garantam a educação básica de qualidade para todos. A prática educativa escolar tem a função de contribuir para que cada um dos estudantes:

- amplie seu conhecimento e a capacidade de descobrir, criar, questionar, criticar e transformar a realidade;
- amplie sua capacidade de viver, de se alegrar e de trabalhar com os outros, na co-responsabilidade sociopolítica e cidadã; e
- torne maior sua sensibilidade para encontrar sentido na realidade, nas relações e nas coisas, contribuindo para a construção de uma nova sociabilidade humana, fundada em relações sociais de colaboração, co-responsabilidade e solidariedade.

Por que o respeito e o cultivo da diferença são fundamentais para a educação das pessoas?



Para que a escola ofereça essa contribuição é preciso respeitar a história de vida das crianças, seu conhecimento, sua sensibilidade, seus valores, produzidos na convivência cotidiana na sua comunidade. A criança não é um recipiente no qual se despejam coisas. A criança é um sujeito, ela produz conhecimento, ela constrói a sua fala. Cada um expressa o que pensa de acordo com o seu jeito. Se aprender fosse imitar ou repetir o que é ensinado, falaríamos todos do mesmo jeito, nossas risadas seriam iguais, nosso jeito de caminhar, de olhar e sorrir seriam iguais. Cada pessoa é diferente. É na diferença que está a originalidade, o sentido e a riqueza de ser gente.

A singularidade de cada pessoa é facilmente percebida se olharmos a fisionomia das pessoas. Os sorrisos, os olhares, as expressões nas fisionomias das pessoas são muito diferentes. A fisionomia de uma criança, de um adolescente, de um homem ou de uma mulher é um rosto e nenhum rosto é igual ao outro. Não somos diferentes apenas nas expressões faciais, no jeito de falar e de ser, mas até nossos rostos e corpos são muito diferentes uns dos outros. O comportamento das pessoas não é predeterminado inatamente. As pessoas, quando agem no seu dia-a-dia, não se repetem. São originais, diferentes. Por isso se diz que as pessoas são educadas e os animais são treinados, adestrados ou domesticados.



Educar

é totalmente diferente de treinar, domesticar, adaptar, moldar, adequar, integrar.

Educar

não é enquadrar, inculcir um padrão ou modelo, mas é formar pessoas autônomas, sujeitos livres e responsáveis.

**EDUCAÇÃO É O PROCESSO
DE EMANCIPAÇÃO HUMANA**

Para treinar ou domesticar ensina-se e impõe-se o que se quer. Treina-se o animal até que ele faça o que se deseja. Trata-se de adaptar, adequar ou integrar o outro a um padrão ou objetivo. A formação de uma criança não cabe dentro da adaptação ou do treinamento. É preciso criar condições para educar as pessoas. A educação é a formação humana que transcende o que pode



O comportamento das pessoas não é predeterminado inatamente. As pessoas, quando agem no seu dia-a-dia, não se repetem. São originais, diferentes.

ser obtido por treinamento ou domesticação ou adaptação. Para educar, os meios, os procedimentos e as oportunidades de aprender são diferentes daqueles usados para treinar. A escola não existe para treinar ou adaptar as crianças. A função da escola é garantir educação aos estudantes, contribuindo para que se tornem sujeitos, isto é, autores e senhores de suas vidas. Isso significa criar oportunidades para que eles decidam, pensem, tornem-se livres e responsáveis, autônomos, emancipados.

Como construir a emancipação numa sociedade de exclusão?



Para que as crianças se tornem autônomas, livres, responsáveis e emancipadas, elas precisam se apropriar ou incorporar a cultura da comunidade onde vivem e, ao mesmo tempo, desenvolver condições pessoais e subjetivas para intervir originalmente no mundo, na construção da história, na melhoria das condições de vida.

A existência humana é historicamente produzida, isto é, nós somos produto das relações vividas. Essas relações consistem nas mais diversas formas de encontro e conflito entre nossa base biológica, nosso corpo e o mundo, sociedade na qual estamos inseridos. Relacionamo-nos com as coisas, com os outros e, até, com nós mesmos. Muitas dessas relações dependem de nossa decisão, outras são estabelecidas e nós somos envolvidos nelas. A cada momento de nossas vidas somos resul-

tado provisório de nossa construção histórica, produzida nas relações que tivemos com a natureza, com os outros e com nós mesmos. Esse resultado é provisório porque somos incompletos e inacabados e estamos em permanente construção. Amanhã seremos mais gente do que somos hoje, como hoje somos mais gente do que éramos no passado de nós próprios.

Aprende-se construindo e reconstruindo saberes. Em cada momento de nossas vidas estamos aprendendo com os outros, com nós mesmos.

O entorno social (a comunidade, a família, os parentes, os amigos e os vizinhos) e os espaços em que nos situamos (bairro, cidade, região, país e mundo) têm estreita relação com nossa produção humana. Nesse contexto, a escola é a instituição especializada e indispensável para impulsionar essa produção humana.

No entanto, é preciso realçar que numa sociedade contraditória, com interesses opostos em jogo, a escola tende a reforçar os interesses dos grupos que detêm maior poder na sociedade. Por isso, é indispensável que todos os que integram a escola, em especial o Conselho Escolar, permaneçam atentos e vigilantes, para evitar que a escola contribua para reforçar as condições e práticas que ajudam a manter a injustiça e as desigualdades sociais. Somente dessa forma a escola evitará a prática que discrimina o saber do estudante e a cultura da comunidade. Portanto, para que a escola cumpra sua função de criar as condições para a aprendizagem do estudante, sua prática deve contribuir, antes de tudo, para a emancipação das pessoas.



Construir uma educação emancipadora e inclusiva é instituir continuamente novas relações educativas numa sociedade contraditória e excludente.



Por isso, é indispensável que todos os que integram a escola, em especial o Conselho Escolar, permaneçam atentos e vigilantes, para evitar que a escola contribua para reforçar as condições e práticas que ajudam a manter a injustiça e as desigualdades sociais.

Essa prática demanda, de todos os segmentos escolares, o desempenho efetivo de suas funções. Todos têm uma função a desempenhar. Essas funções não são isoladas, cada função só faz sentido no coletivo da escola. O Conselho Escolar, além de possuir a função de zelar pela aprendizagem, é, também, a instância garantidora do coletivo escolar, do compartilhamento.

No cumprimento de sua função, o Conselho Escolar tem o papel de estimular a presença indispensável da cultura da comunidade, do povo, da vida cotidiana das crianças e dos jovens no projeto e no trabalho pedagógico da escola. Se a escola não trabalhar o saber, não integrar no seu currículo o patrimônio cultural da comunidade, ela não estará cumprindo sua função. A criança, o adolescente e o jovem não ampliarão plenamente a sua aprendizagem. No máximo, passarão por processos em que predominam símbolos e “conteúdos” decididos por outros. Nessa perspectiva, o processo é mais de treinamento, adequação, adestramento ou domesticação, em detrimento do processo de educação ou emancipação.

A escola que apenas dissemina informação, que não integra o saber e a cultura da comunidade, é uma escola discriminatória, porque nega a educação, limitando as suas possibilidades. Vamos ver como ocorre essa prática limitadora, que faz da própria escola um lugar de exclusão social e cultural. Apesar de toda a dedicação, empenho e vontade de ensinar e aprender, nessa prática excludente acontece a negação da educação que emancipa e transforma.

I.2 A escola da exclusão e os desafios para sua superação

Na escola pode ocorrer a pedagogia da discriminação. É preciso respeitar e cultivar as diferenças para que as pessoas possam decidir, pensar e se tornar livres e responsáveis. Os seres humanos são diferentes uns dos outros; seu comportamento é algo construído, elaborado e dinâmico. Quando o saber e a cultura dos estudantes são desrespeitados, negam-se suas origens geopolíticas, étnicas e sociais com todas as suas contribuições e história. Esse desrespeito é discriminatório, abre caminho para a

intolerância, para a insensibilidade e a falta de ética. Deixa-se margem para a imposição de uma verdade como única, impondo a uniformidade. Com o não-respeito ocorrem vários problemas, dentre os quais se destacam o sentimento de rejeição, a desmotivação, dificuldades de aprendizagem e a exclusão.

A negação do saber do estudante na relação pedagógica provoca a evasão escolar por falta de estímulo, porque quando não há valorização da cultura do cidadão ele se sente excluído. Negam-se as condições para a autonomia e para a construção da cultura da participação. Quando a escola não reconhece, não respeita e não valoriza o saber do estudante, acontece a exclusão, porque se nega a identidade do estudante e seu direito de se educar como sujeito constituído socialmente.

A intervenção educativa da escola só faz sentido se, de fato, contribuir para a formação das pessoas, dos estudantes. Caso não se preste atenção às diferenças e não se integre no processo pedagógico o saber que as crianças, os adolescentes e os jovens têm, sua vida e sua cultura, a escola não poderá contribuir para ampliar o conhecimento e intervir significativamente na educação das pessoas. Pode, até, tornar-se um lugar de negação da educação.

Quais são os desafios de exclusão social e negação da educação que a escola tem que enfrentar e superar?

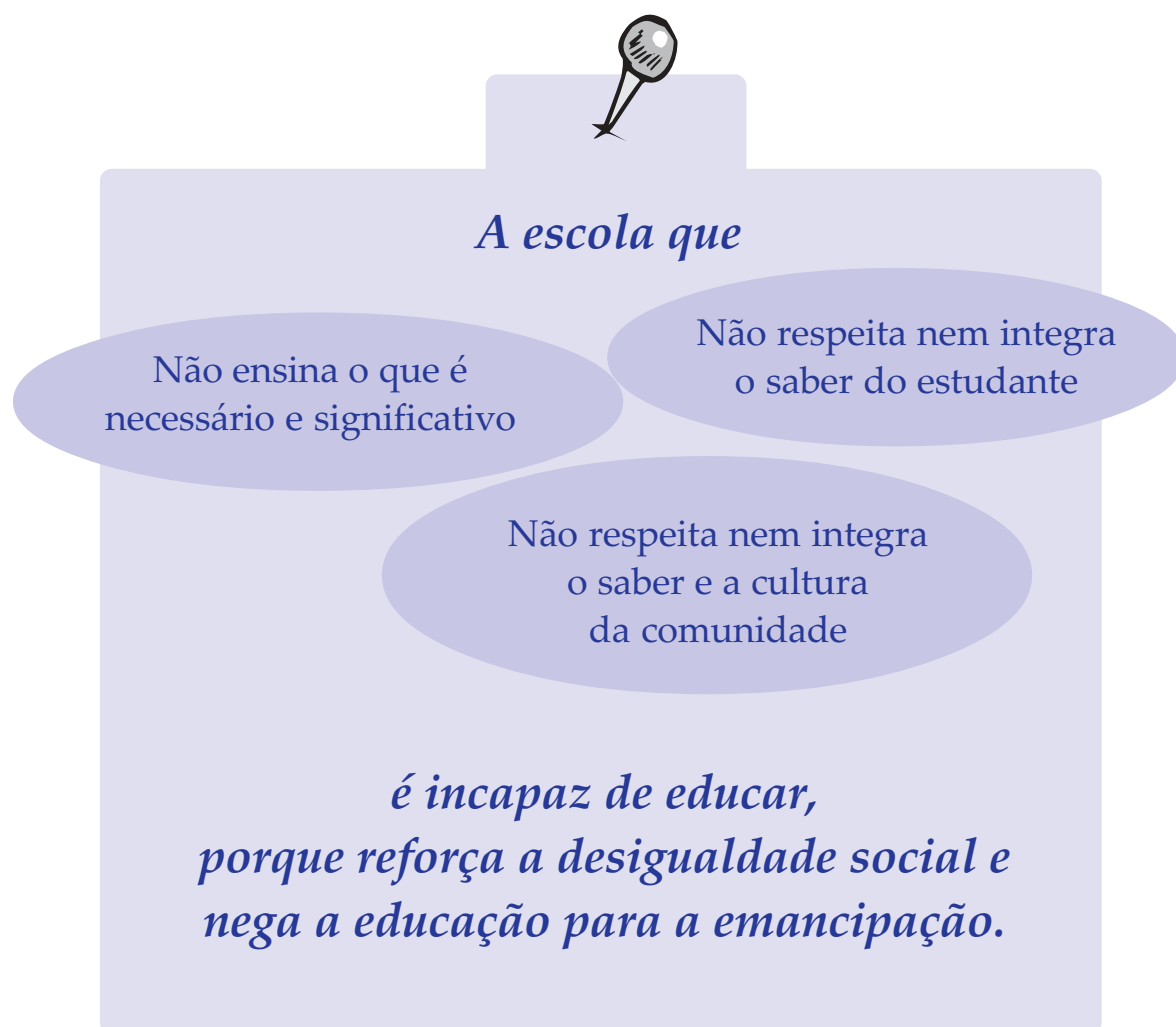


Dados oficiais sobre a educação apontam problemas muito sérios, tanto quantitativos (como dados relativos à não-presença e matrícula e à não-progressão das crianças, dos adolescentes e dos jovens na escola), quanto qualitativos (como o baixo desempenho da educação escolar brasileira).

De um lado, nega-se a educação ao cidadão pelo não-acesso. Ainda há muitas crianças sem acesso à educação básica. O número de brasileiros que não freqüentam a escola em idade de educação obrigatória é significativo. Os dados revelam a precariedade das condições objetivas de muitos e denunciam, inclusive, situações de trabalho infantil.

De outro lado, nega-se a educação ao cidadão quando os estudantes não aprendem, quando são reprovados ou retidos na mesma série. Nega-se a educação ao cidadão quando se promove automaticamente, fazendo os estudantes avançarem na escola para séries seguintes sem que tenham aprendido. A escola só faz sentido como espaço de formação humana, de aprendizagem significativa.

A negação da educação ao cidadão agrava-se mais ainda quando o que os estudantes aprendem para progredir não é relevante e significativo para sua formação humana, para a sua vida. Isso ocorre quando o estudante, mesmo sendo aprovado, não aprendeu o que é essencial para sua educação básica.



Há, inclusive, preconceitos étnicos, raciais, religiosos e de classe que criam discriminações, favorecendo alguns e desfavorecendo a muitos. Essa discriminação, por vezes, vai além da distribuição desigual de oportunidades educacionais. Chega a produzir grupos sociais marginalizados, como revela a crescente exclusão social de muitos, na educação e na sociedade brasileiras. Essa separação entre incluídos e excluídos aumenta a divisão social, uma vez que um excluído é posto totalmente à margem; nem explorado, dominado ou oprimido ele é. Tudo isso pode ser a raiz dos altos índices de violência registrados nas sociedades atuais.

A escola, com a vigilância e o apoio responsáveis do Conselho Escolar, é um dos espaços e uma das instituições sociais em que podem ser criadas oportunidades de aprendizagem emancipadora, rompendo com essa pedagogia da exclusão.

Na história do reforço ou engessamento da desigualdade social, podemos ver como não respeitar e não integrar as diferenças na educação escolar limita ou impede a realização do encontro fecundo entre saberes diferentes e acaba por confirmar e aprofundar a discriminação, as desigualdades existentes e a exclusão social.

REFORÇO OU ENGESSAMENTO DA DESIGUALDADE

Uma parábola sobre a aptidão inapta e a inaptidão apta

Era uma vez...

...um intelectual comprometido com as classes populares. Quando sua filha mais velha fez quatro anos, foi festejar essa alegria na casa de um trabalhador, cuja filha aniversariava no mesmo dia. Os pais, sentados em caixas de querosene – únicas cadeiras ou poltronas que havia nessa casa de chão batido –, tomavam chimarrão e conversavam animadamente, enquanto suas filhas brincavam. Essa é a liturgia possível para festejar aniversário nas negadas condições de qualidade de vida da maioria da população.

Enquanto assim conversavam, a filha do intelectual veio pedir lápis e papel para brincar com a amiga. O pai abriu a pasta e entregou o material solicitado. Aguçado em sua curiosidade, enquanto conversava com os amigos, acompanhava de longe as brincadeiras das crianças. Ficou surpreso ao observar os olhos escancarados e brilhantes da amiguinha de sua filha, enquanto esta enchia as folhas de papel com riscos e círculos, desenhando coisas fabulosas. A menina não resistiu. Pediu o lápis e o papel porque nunca brincara com aquilo.

De lápis em punho, avidamente, tentou fazer um risco e... rasgou a folha de papel com a ponta do lápis. A continuação da brincadeira foi penosa e difícil. O intelectual pensou consigo mesmo: “Pronto, esta não tem aptidão para a alfabetização. Não tem controle motor etc.”. As crianças desistiram desse brinquedo e foram brincar com bonecas.

Bonecas, em casa de pobre, como é sabido, são meias rasgadas e velhas, que são costuradas, enchidas com serragem e fechadas na ponta. Amarra-se, então, uma corda a certa altura para separar a cabeça do resto do corpo e está pronta a boneca. Quando brincavam, eufóricas, eis que se abriu a barriga de uma das bonecas e as “tripas” se esparramaram pelo chão de terra batida. A amiguinha da filha do intelectual começou a juntar as “tripas” e repô-las na barriga da boneca. Foi até uma prateleira de tijolo, pegou agulha e linha, enfiou a linha na agulha e, com a maior naturalidade, começou a costurar a barriga da boneca. A filha do intelectual ficou surpresa e abriu ainda mais seus olhos porque nunca brincara de “doutor de bonecas”. Interrompida a cirurgia, tudo voltou ao problema inicial, para que ela brincasse de “doutor de boneca”. A filha do intelectual pôs as “tripas” de volta na barriga da boneca, foi buscar a linha e a agulha e... e..., quem diz que ela conseguiu enfiar a linha no buraco da agulha?

Entretanto, para os padrões exigidos pela escola para alfabetizar, a filha do intelectual tinha aptidão. A filha de seu amigo, que tinha um controle motor muito mais avançado e sofisticado, era considerada inapta por falta de controle motor.

Hoje, a filha do amigo do intelectual é uma eficiente e dedicada empregada doméstica. A filha do intelectual é profissional de jornalismo e comunicação, como resultado da ampliação de sua aptidão muito precária. Embora ambas as profissões tenham o mesmo valor social, a primeira não teve opção, porque a escola não lhe deu sua contribuição.

E manteve-se a escrita. Confirmou-se o “destino”. A maioria é “ruim da cabeça”, mas “muito boa para o trabalho”. Enquanto se esfriam as aspirações da maioria, para serem submissos, dominados e oprimidos, a minoria é apoiada para realizar suas aspirações.

Não dando sua contribuição, a escola impede que a criança desenvolva suas capacidades e, com isso, ela não tem condições de opção como sujeito.



Na história acima, a escola não reconheceu a aptidão motora sofisticada da filha do amigo do intelectual e, em conseqüência, não cumpriu sua função de ampliar seu saber. Como não reconheceu e não incorporou seu controle motor, não lhe ofereceu as oportunidades para desenvolver suas capacidades para o trabalho intelectual.

A escola que não reconhece, não valoriza e não integra os saberes, as capacidades e a cultura das crianças, jovens e adolescentes e de suas comunidades acaba por consolidar a situação social.

A educação emancipadora, que contribui para a formação de sujeitos da história, não pode ficar submissa às condições socioeconômicas e culturais, privilegiando alguns e desconhecendo os saberes, a cultura e a vida de muitos. A educação emancipadora é um espaço social para a valorização cultural, criando oportunidades educacionais para o encontro de saberes diferentes.

O coletivo dos professores, apoiados e acompanhados pelo Conselho Escolar, deve encontrar formas, métodos e procedimentos didático-pedagógicos que garantam a todos o avanço na sua formação.

Parte II

A escola da inclusão

Pedagogia da emancipação



*A escola é um espaço privilegiado
de formação do educando.
A escola de qualidade para todos
cultiva as diferenças.
A escola que respeita e integra o saber do povo
faz diferença.*

2.1 Educação básica e formação humana

A educação da pessoa é um processo amplo, que não se limita à educação escolar. Entretanto, a escola tem um papel indispensável e insubstituível no processo da educação das pessoas.

Qual é a função da escola na formação das pessoas?



Para que o cidadão se situe como sujeito de sua história e da história de seu entorno, ele precisa se apropriar da riqueza cultural produzida pela humanidade. Essa apropriação é necessária para que ele se inscreva na sociedade, no seu tempo e espaço históricos. Além disso, é fundamental que ele construa as condições subjetivas necessárias para uma intervenção original.

A função da escola é assegurar essa apropriação e essa construção das condições subjetivas do cidadão. Esses aspectos são essenciais ao exercício da cidadania. Portanto, a escola, no cumprimento de sua função emancipadora, é indispensável para que o cidadão tenha uma presença crítica e inovadora no seu tempo e lugar.

Na escola, para sua formação como sujeito de sua história e da história do seu entorno, o estudante

Incorpora o patrimônio cultural da humanidade

(Re)Constrói o saber historicamente acumulado

Apropria-se do saber produzido e acumulado pela humanidade

A complexidade da cultura humana produzida tornou praticamente impossível que essas dimensões essenciais da formação humana ocorram sem a intervenção de instituições especializadas. As escolas são uma dessas instituições especializadas na formação humana, e, na educação básica, tem a função de garantir a apropriação da cultura, para que a pessoa possa se inscrever na sociedade, e a construção das capacidades e das condições subjetivas para que possa intervir na mudança dessa mesma sociedade. Outras organizações e instituições sociais, como família, igreja, sindicatos, partidos políticos, também contribuem, mas são insuficientes para dar conta dessa tarefa. Algumas até trabalham na direção oposta, porque visam acomodar e adaptar a pessoa. Por isso a escola pública, comprometida com a emancipação humana, está se tornando insubstituível para a formação humana.

Para ser sujeito da história, a pessoa precisa ser de um determinado tempo e espaço, estar inscrita numa cultura determinada. Portanto, de um lado, ela está envolvida num determinado contexto sócio-histórico, trazendo em sua constituição pessoal as marcas da vida social de seu tempo e lugar, da cultura de onde se produziu como gente. Nesse sentido está presente, é presença.

Como sujeito da história, a pessoa precisa distanciar-se de seu contexto, observando-o e relacionando-o com outros, para interferir autonomamente na sua mudança. Uma pessoa, como sujeito da história, elabora projetos de



*Uma pessoa, como sujeito da história,
elabora projetos de melhoria do meio
no qual vive. Pondo em prática esse
projeto, transforma o mundo.*

melhoria do meio no qual vive. Pondo em prática esse projeto, transforma o mundo. E, como diz Paulo Freire, transformando o mundo, transforma a si mesma. Portanto, a pessoa não se identifica, não se rende ao que já foi construído. Ela intervém, dando sua contribuição na construção da história. Nesse sentido está ausente; é ausência porque não se confunde nem se adapta ao existente.

Para poder se inscrever numa cultura e se fazer presente na construção da história, a pessoa precisa apropriar-se da cultura de seu tempo e lugar, de sua sociedade. Essa é a dimensão de apropriação da cultura, função indispensável da educação básica de qualquer cidadão. Essa apropriação é um processo que ocorre num determinado tempo e lugar. Hoje se defronta com um contexto em processo de globalização econômica. A globalização pode ser entendida e trabalhada numa perspectiva conservadora ou, pelo contrário, numa perspectiva emancipadora. A perspectiva conservadora é uniformizadora. Isso significa a imposição de um padrão como único e mundial, discriminando e desvalorizando as culturas nacionais e locais, eliminando as diferenças. Essa perspectiva nega a pluralidade e exige o enquadramento das pessoas numa única orientação. A globalização, numa perspectiva emancipadora, significa a permanente (re)criação de uma unidade num mundo globalizado. Essa unidade não uniformiza, mas nasce da diversidade e a impulsiona.



Na escola, para sua formação como sujeito de sua história e da história do seu entorno, o estudante desenvolve e constrói em si as condições subjetivas para intervir originalmente na evolução do mundo.

Essa perspectiva se funda na diversidade, respeitando e apoiando as culturas locais. A unidade da música numa orquestra não nega, mas exige a diversidade de sons e instrumentos.

Todos os segmentos da escola, todos os agentes envolvidos na criação das oportunidades educacionais na prática educativa escolar, em especial os membros do Conselho Escolar, têm responsabilidade pela definição, acompanhamento e avaliação dessa dimensão da educação escolar.

Além dessa apropriação da cultura, a pessoa precisa construir as condições subjetivas para intervir originalmente no curso dos acontecimentos. A escola tem, também, a função de contribuir para o desenvolvimento das capacidades do sujeito e para a construção das condições subjetivas de pensar e criar, produzindo e construindo projetos de sociabilidade, para agir compartilhadamente, e de sensibilidade, para encontrar e criar sentidos.

A Figura 1, a seguir, apresenta, em síntese, as funções da escola de oferecer as oportunidades educacionais tanto para a apropriação da herança cultural pela (re)construção do saber historicamente acumulado pela humanidade, quanto para a construção das condições pessoais para ser sujeito e autor da sua educação e contribuir na construção da história.

FIGURA 1 – As funções da educação escolar



2.2 O saber e o conhecimento no ato pedagógico

O saber é mais amplo que o conhecimento. São três as dimensões do saber: o pensar, o sentir e o agir. A sensibilidade e o respeito, a convivência e a solidariedade, o compromisso e a responsabilidade, a apropriação e a produção do conhecimento são aspectos importantes a serem desenvolvidos na educação básica. Nesse sentido, a formação humana na escola é um processo de aprendizagem integral. Nessa aprendizagem desenvolvem-se as condições subjetivas para ser sujeito e autor de seu futuro e contribuir para a construção da história.

Um dos aspectos mais importantes desse processo é a apropriação da riqueza cultural produzida pela humanidade. É fundamental que cada cidadão construa em si o saber integrante da educação básica e aprenda a pensar criticamente, a produzir conhecimentos. O conhecimento é um objeto específico do ato pedagógico de fundamental importância. Para ser sujeito e autor de sua história, é indispensável que o estudante se aproprie do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade e desenvolva as condições para produzir novos saberes.

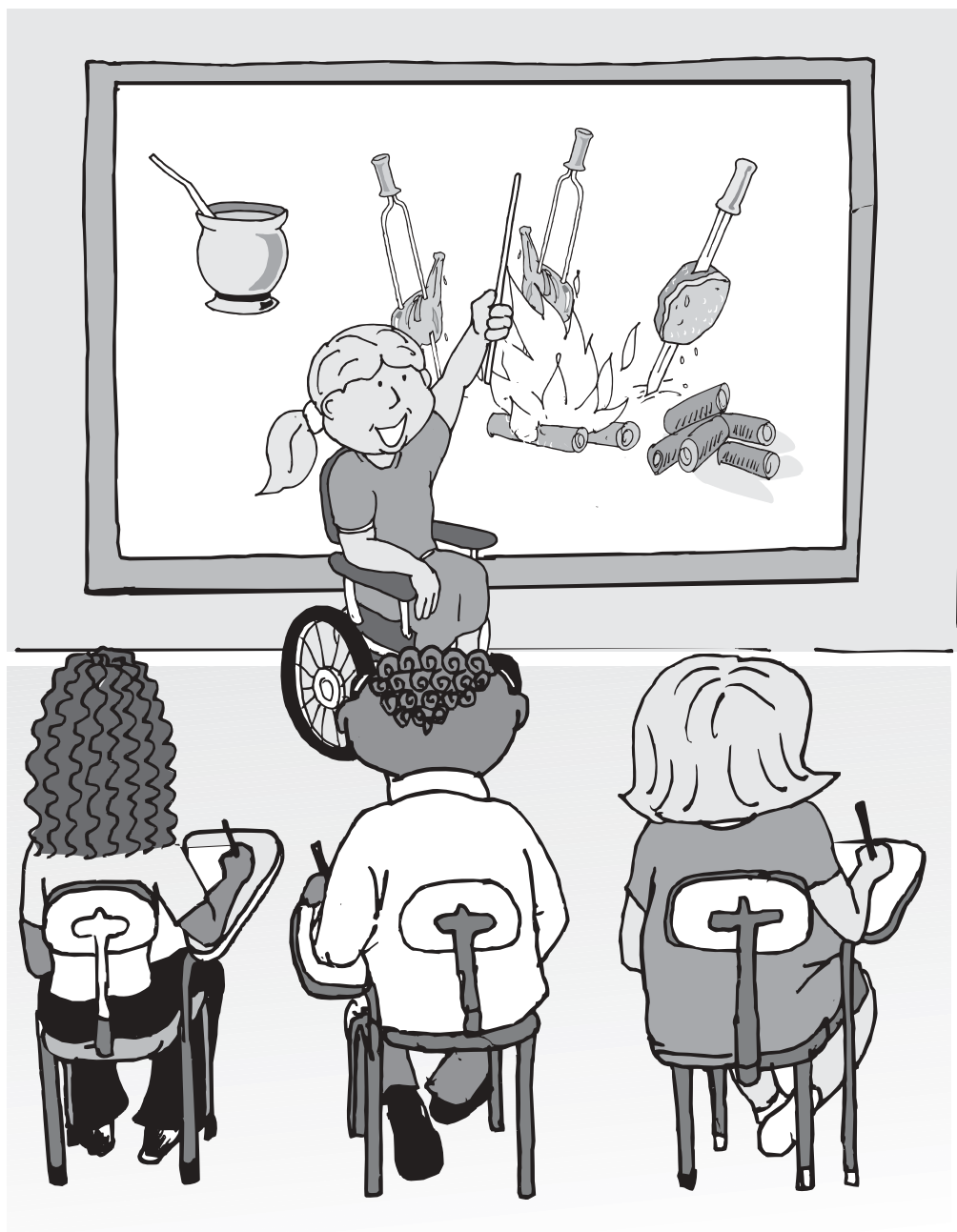
Como o conhecimento pode e deve ser trabalhado na escola?



Um dos aspectos mais decisivos e importantes para o Conselho Escolar é acompanhar a forma como a escola trabalha o conhecimento.

O conhecimento pode ser entendido como produto, como informação, ou pode ser entendido como processo, como construção. Essas duas compreensões são opostas e, por isso, determinam formas completamente diferentes de trabalhar com os estudantes. Essa visão oposta de conhecimento vem acompanhada de visões opostas de sociedade, de pessoa humana e de educação. Não são só visões diferentes, são contraditórias.

Se a escola trabalhar o conhecimento como simples informação a ser passada ao



Caso a escola trabalhe o conhecimento como construção, ela procurará mediar o encontro dos saberes diferentes: o saber erudito, científico, com o saber do estudante e de sua comunidade.

estudante, ela não respeitará o saber que ele traz consigo, nem levará em conta o patrimônio cultural da comunidade. Para ela, o conhecimento e o patrimônio cultural da comunidade precisa ser substituído pelo saber considerado erudito, científico. Essa é a educação bancária, denunciada por Paulo Freire. Com essa visão de conhecimento, o trabalho pedagógico leva à memorização de informações, e o máximo que o estudante consegue é repetir, porque guardou na memória.



O trabalho escolar pode tratar o estudante como objeto, como depósito de informações (conhecimento como produto/informação) ou como sujeito, autor de sua educação (conhecimento como saber, como construção/processo).

Há casos em que a resposta do estudante a uma questão da prova não é considerada ou valorizada porque não coincide com o que foi “ensinado” na sala de aula ou não é igual à resposta que o professor espera.

Caso a escola trabalhe o conhecimento como construção, ela procurará mediar o encontro dos saberes diferentes: o saber erudito, científico, com o saber do estudante e de sua comunidade. O saber do estudante é diferente e pode e deve ser aumentado no confronto com outros saberes, pois ele é válido e legítimo. Por exemplo, existem diferentes formas de dizer a mesma coisa. Uma delas está de acordo com uma gramática e constitui a linguagem segundo a norma culta. Outra é a linguagem popular. É a linguagem com uma gramática diferente, a forma popular de se comunicar. Ambas são meios de comunicação igualmente válidos. As pessoas não falam do mesmo jeito em todos os lugares.

Mas é preciso ampliar sua capacidade de comunicação, apropriando-se da língua segundo a norma culta. Essa apropriação não se dá desqualificando a língua que o estudante fala, mas, sim, no confronto, no aprofundamento, no encontro das diferentes formas de expressão.



A língua culta e a língua popular são duas formas de comunicação igualmente válidas. As pessoas não falam do mesmo jeito em todos os lugares. Mas é preciso ampliar sua capacidade de comunicação, por meio da apropriação da língua segundo a norma culta.

Nessa visão de conhecimento, o saber do estudante e o patrimônio cultural da comunidade são respeitados e valorizados. Eles não são somente o ponto de partida para que o professor consiga fazer o estudante entender e se apropriar do saber científico. Eles constituem parte integrante da formação humana. Portanto, são saberes a serem integrados e valorizados na prática pedagógica.

De que modo é trabalhado o conhecimento como mera informação?



O conhecimento como informação, como produto, é um conjunto de conteúdos. Como ele não se reduz a informações, essa visão de conhecimento leva à sua redução no ato pedagógico. Se o objeto do trabalho pedagógico é o conhecimento como informação, a função e o objetivo do ato pedagógico é a transmissão de informações, de “saberes”, para que eles sejam guardados na memória ou retidos pelos estudantes. Os “conteúdos” ou as informações devem ser “transmitidos” pelos profissionais da educação e devem ser “assimilados” pelos educandos. O importante é que o estudante “repita” determinados saberes, memorize-os, tornando-se uma “enciclopédia ambulante”. Nesse sentido, um computador e uma enciclopédia “saberiam” muito mais do que as pessoas.

Uma educação com essa visão de conhecimento contribui, no máximo, para a produção de pessoas individualistas e competitivas.

Desconsidera-se que o ambiente escolar, tanto quanto o conjunto de exemplos de vida daqueles que estão nesse espaço social, contribui para a formação, para a educação do estudante.

Com essa compreensão de “conhecimento” podem ser justificadas uma prática pedagógica e uma gestão escolar autoritárias. Nada impede que o “conteúdo” seja imposto e a prática educativa seja autoritariamente gerida. A heterogestão¹ e a hierarquia são inerentes à relação entre os que sabem e devem transmitir e os que não sabem e devem assimilar.

O conhecimento visto como informação leva as pessoas a entenderem as coisas como eternas e imutáveis. Perde-se o dinamismo da vida e do processo, do mundo como produto de construção histórica. Cai-se no equívoco de que tudo é natural. O próprio conhecimento se torna uma “coisa”. Ao ser transformado em coisa, o conhecimento torna-se uma mercadoria, um produto a ser guardado em “patentes”, privatizado e usado como mecanismo de dominação e de exclusão. A compreensão do conhecimento como processo, como construção, implica a intersubjetividade, a parceria, a partilha, e se opõe a toda forma de redução do conhecimento a mercadoria. O contraponto dessa lógica é o conhecimento visto como direito.

¹ A heterogestão é a forma de gestão gerencial, na qual uns planejam, controlam e mandam e outros executam, realizam e obedecem. A co-gestão permite limitadas formas de participação dos subalternos na gestão. A autogestão implica o compartilhamento da gestão.

De que forma é trabalhado o conhecimento vivo e dinâmico como processo e como construção?



O conhecimento como processo, como produção, é a construção do saber. Se o objeto do trabalho pedagógico é o conhecimento como construção, a função e o objetivo do ato pedagógico é a ampliação do saber dos educandos sobre determinada realidade. O “conteúdo”, as informações ou o saber “historicamente acumulado pela humanidade” devem ser trabalhados (e não “assimilados”) no ato pedagógico. No confronto entre o saber do educando e o saber da humanidade, o educando amplia o seu saber e constrói capacidades e aptidões sociais, afetivas e cognitivas. O importante é que o estudante compreenda o contexto, construa seu dizer e desenvolva seu raciocínio lógico e criativo para participar ativamente da vida social.



Trabalhando o conhecimento vivo, o estudante não repete, mas cria, porque constrói o seu dizer, a sua própria palavra e desenvolve a sua competência para exercer o direito de se pronunciar, compreendendo criticamente o contexto no qual vive.

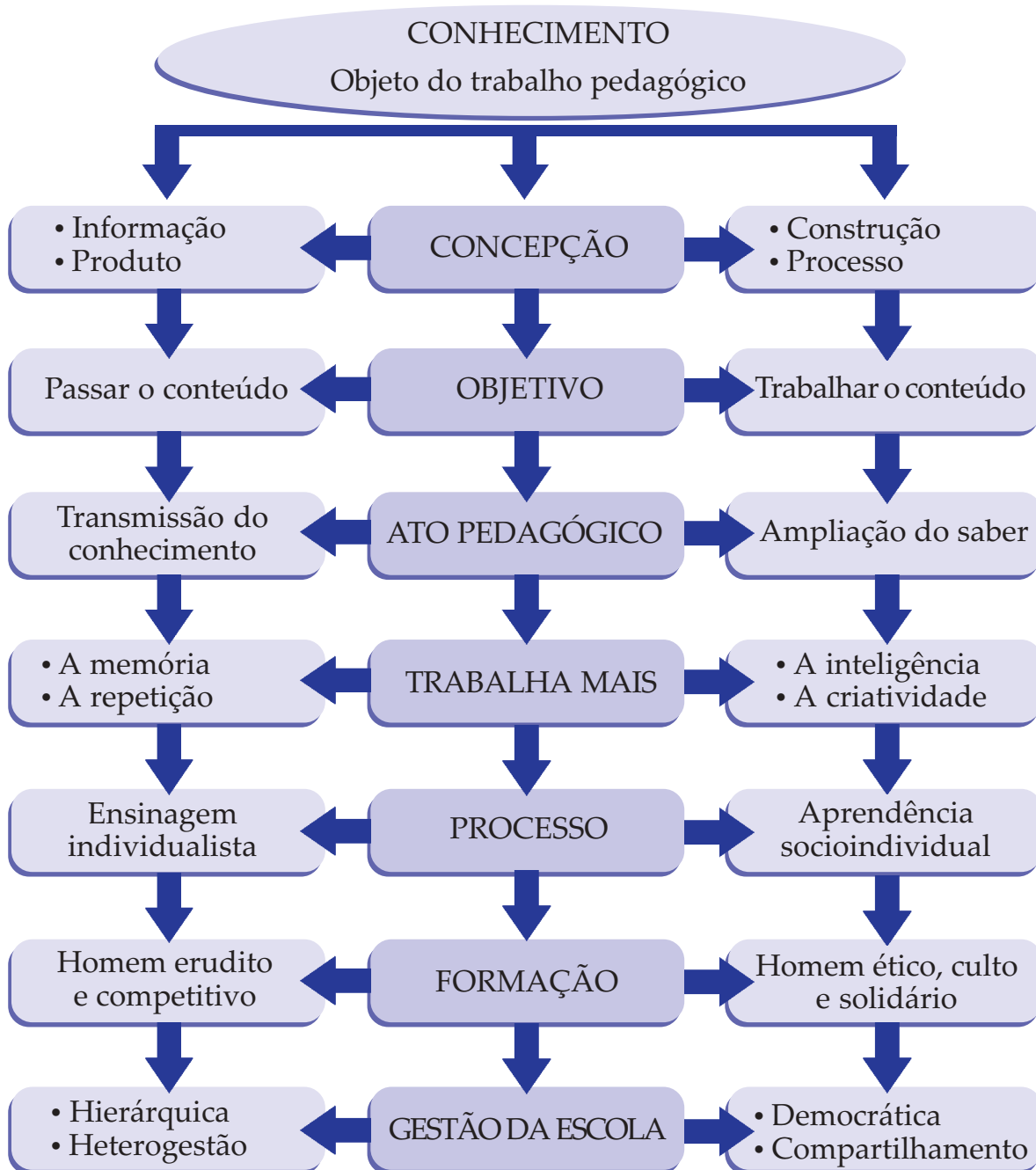
O ato pedagógico centrado no conhecimento como construção é, por exigência, interativo, interpessoal, participante e democrático. Essa forma de ver exige que a gestão da escola seja compartilhada. A co-responsabilidade de todos os segmentos e atores da prática educativa escolar é inerente à relação entre as pessoas envolvidas na aventura humana de ampliar o saber e construir as capacidades e as condições subjetivas para todos serem sujeitos da história.

A Figura 2 apresenta de forma resumida as duas maneiras de compreender o conhecimento e as principais diferenças do trabalho na escola. A visão de conhecimento determina o objetivo onde se quer chegar; o ato pedagógico, o que se faz na relação professor-estudante; o que se desenvolve mais na pessoa; o processo de ensino-aprendizagem; a característica da pessoa que se forma; e a gestão e o relacionamento escolares (cf. Figura 2, na próxima página).



O conhecimento necessário para a educação básica das pessoas é muito mais do que informação. O conhecimento na prática pedagógica é vivo, é dinâmico e é vida. Ele é (re)produzido e (re)criado e cada estudante é sujeito dessa (re)criação do conhecimento.

FIGURA 2 – Conhecimento como objeto do trabalho pedagógico



Quais os conceitos de pessoa, de sociedade e de educação que norteiam a prática?



A prática democrática da gestão da escola na elaboração, na execução e na avaliação do projeto político-pedagógico decorre da “natureza” e do caráter fundamental do processo educativo, que é o objeto da relação pedagógica: o conhecimento como processo, como construção, como ampliação e produção do saber e desenvolvimento de estruturas mentais complexas é exigência para a emancipação humana.

O conhecimento é matéria do projeto político-pedagógico da escola. A sua maneira de entendê-lo, a visão que os segmentos escolares têm de conhecimento, está vinculada a uma visão de educação, de pessoa humana e de sociedade.

A visão de conhecimento como informação e produto entende a pessoa como um recurso para a produção. O mais importante é formar a pessoa para o mercado de trabalho. A compreensão

da sociedade é apresentada como se ela tivesse leis eternas e universais e fosse imutável. Essa visão de sociedade é necessária para a manutenção da sociedade atual e dá condições e até reforça a marginalização da maioria, a exclusão social, e torna mais sofisticadas as relações de exploração econômica, de dominação política e de opressão ideológica. A educação, em consequência, é domesticadora. A ela cabe adaptar, acomodar e “integrar” as pessoas.

De outro lado, a visão de conhecimento como construção entende a pessoa como sujeito em processo de emancipação. A formação da pessoa para a autonomia como construtor de sua história e de seu entorno constitui a função da educação. A sociedade é resultado histórico de construção humana, na luta por interesses e na busca de melhoria da qualidade de vida. Essa visão de sociedade dá condições e reforça a construção de uma sociedade de inclusão universal, regida por relações de colaboração econômica, co-responsabilidade política e solidariedade ideológica. A concepção de educação é emancipadora, construindo a autonomia das pessoas.



O conhecimento humano, vivo e dinâmico é parte da educação emancipadora porque fundamenta a autonomia e a autoria da prática histórica da pessoa na construção de um mundo justo, de relações de colaboração, co-responsabilidade e solidariedade.

A Figura 3 apresenta, de maneira resumida, a oposição entre conhecimento como informação e conhecimento como construção e suas respectivas concepções de pessoa, de sociedade e de educação (cf. Figura 3, na próxima página).

Após a figura, que sintetiza a discussão sobre o conhecimento no trabalho

escolar e as concepções de conhecimento, pessoa, sociedade e educação, segue uma história sobre a “Escola que aprendeu a ensinar”. Nela temos um exemplo de como uma criança que não aprendia passou a aprender quando os professores passaram a reconhecer e a valorizar o seu saber.

Figura 3 – Concepções de conhecimento, de pessoa, de sociedade e de educação



A ESCOLA QUE APRENDEU A ENSINAR

Homenagem à descoberta do saber do estudante

Era uma vez...

...um menino, igual a tantos outros. Desde muito cedo aprendeu a se virar e a ajudar nas despesas da família. No cotidiano de sua infância aprendeu a vender e ia ao armazém comprar coisas para casa. Um dia foi encarregado de buscar uns cocos verdes para servir às visitas que iriam receber.

Chegando à barraca de venda de coco verde, na beira da praia, viu um senhor que o olhou interessado. Quis iniciar uma conversa, mas se conteve diante do doutor desconhecido. Naquela época não se sabia o preço das coisas porque se vivia em tempos de dinheiro em rápida desvalorização. Falou para o vendedor de coco:

“Ô moço, quanto é o coco?” O vendedor respondeu:

“Vinte e cinco cruzeiros.”

“Então me dá cinco”, falou o menino e estendeu uma nota de duzentos cruzeiros para o vendedor. O senhor, que era professor, acompanhava interessado as atitudes do menino na compra do coco. Olhou surpreso, quando viu que ele conseguia segurar cinco cocos em uma de suas mãos. Passado um tempo, o menino chamou o vendedor e lhe perguntou:

“Ô moço, cadê meu troco?” O rapaz respondeu:

“Que troco?” Ao que o menino prontamente respondeu:

“Os meus setenta e cinco”. O professor surpreso concluiu que o menino era bom de matemática, porque multiplicara cinco vezes vinte e



cinco e subtraía o produto da multiplicação dos Cr\$ 200,00 e encontrara o troco devido de Cr\$ 75,00. Quando o menino recebeu o troco, o professor não conteve seu desejo de falar com ele e perguntou:

“Como você se chama?” O menino disse:

“Severino, e o Senhor?” Após a troca de nomes começaram a conversar. O menino tinha 10 anos e não apenas 6 ou 7, como a sua estatura parecia revelar. Quando foi perguntado se ia para a escola o menino respondeu que sim. Perguntado sobre a série em que estudava, ele respondeu que estudava na primeira série. Surpreso o professor perguntou:

“Por que tu só foste para a escola neste ano?”

“Não, doutor, já faz quatro anos que estou estudando na escola.”

“Mas, então, como que tu estás no primeiro ano?”

“Sabe como é, doutor, todo fim de ano a professora me ‘roda’!”

Após essa conversa, o professor, preocupado e curioso com a reprovação do menino, bom de matemática que só, foi para a escola. Chegou na hora do intervalo. Na roda dos professores perguntou sobre o menino de nome Severino que tinha 10 anos e fora reprovado três vezes na primeira série. Após lembrarem do menino, informaram que entre as razões de sua reprovação estava o fato de que ele não aprendia a somar e a diminuir. Perplexo diante dessa informação, o professor contou a história da compra do coco. A conversa se estendeu. O intervalo foi ampliado, substituindo os professores que acompanhavam as crianças no recreio. Estavam todos procurando compreender por que o Severino não conseguia revelar para a professora seu conhecimento de matemática.

Chegaram à conclusão que os professores não estavam oportunizando o encontro da matemática do Severino com a matemática do livro didático. E sem o encontro do saber do Severino com o saber da escola, o estudante não avançava no seu conhecimento. O Severino simplesmente não atinava que aquelas contas que a professora fazia, pondo no quadro carreirinhas de números, era o que ele estava “careca de saber” e “fazer de cabeça”. Como ele não confrontava seu saber matemático com o saber “abstrato”, sistematizado ou científico, o Severino não ampliava seu conhecimento de matemática e a escola não dava sua contribuição no desenvolvimento das estruturas lógicas e mentais necessárias para produzir conhecimento novo. Ele estava sendo condenado a uma lógica da matemática e a capacidades que se desenvolvem nas relações sociais cotidianas, sem a contribuição especializada da escola.

Na reunião, os professores descobriram que, na relação didático-pedagógica vivenciada naquela escola, não reconheciam e muito menos respeitavam e valorizavam o conhecimento do Severino, e começaram a buscar métodos e procedimentos que levassem em consideração o saber do estudante.

Nas salas de aula dessa escola melhorou muito o processo de trabalho. Os professores passaram a valorizar e a integrar muito mais e melhor o saber e a cultura da comunidade no processo didático-pedagógico. Aumentou a festa e a celebração da aprendizagem; cresceu a alegria dos professores na mediação pedagógica e, sobretudo, abriu-se espaço para a esperança e o futuro dos estudantes como sujeitos de sua história.

Em conseqüência desse esforço coletivo da escola, o Severino nunca mais foi reprovado. Pelo contrário, hoje é professor e um dos educadores que buscam fazer do ato pedagógico o sagrado momento do encontro do saber e da cultura dos estudantes e da comunidade com o saber da humanidade.

Como essa história revela, a escola que não reconhece e não valoriza o conhecimento do estudante corre o risco de não cumprir sua função. Cada membro da comunidade escolar, individual e coletivamente, é responsável para que na prática educativa escolar se respeite e se integre o saber do estudante. O Conselho Escolar, no cumprimento de sua função socioeducativa, acompanha e avalia o cumprimento da função da escola. Para tanto, acompanha, avalia e apóia o compromisso da escola com o saber e a cultura do estudante e da comunidade. Mediando o encontro desse saber e dessa cultura com o saber e a cultura da humanidade, a escola forma sujeitos da história e da cultura.

Parte III

O encontro dos saberes

Pedagogia do respeito e da integração


*A escola que respeita e integra os saberes
impulsiona o saber do povo
e aprende com todos os saberes.
É a escola prazerosa, onde todos aprendem.*

3.1 Aprendizagem no encontro de saberes

O respeito e a valorização do saber dos estudantes, a integração e a ampliação desse saber, constituem o cerne e o propósito da educação básica. Aprender ou conhecer não acontece simplesmente por transmissão, socialização ou troca. Embora no ato pedagógico haja aspectos de “transmissão”, de “socialização” e de “troca”, a mediação pedagógica não se reduz a isso. Aprender ou conhecer é resultado do encontro e do confronto de saberes.

Como é que, de fato, a gente aprende?

Aprender ou conhecer não se reduz à transmissão e assimilação de conhecimento, nem à socialização do saber, nem à troca de conhecimentos.



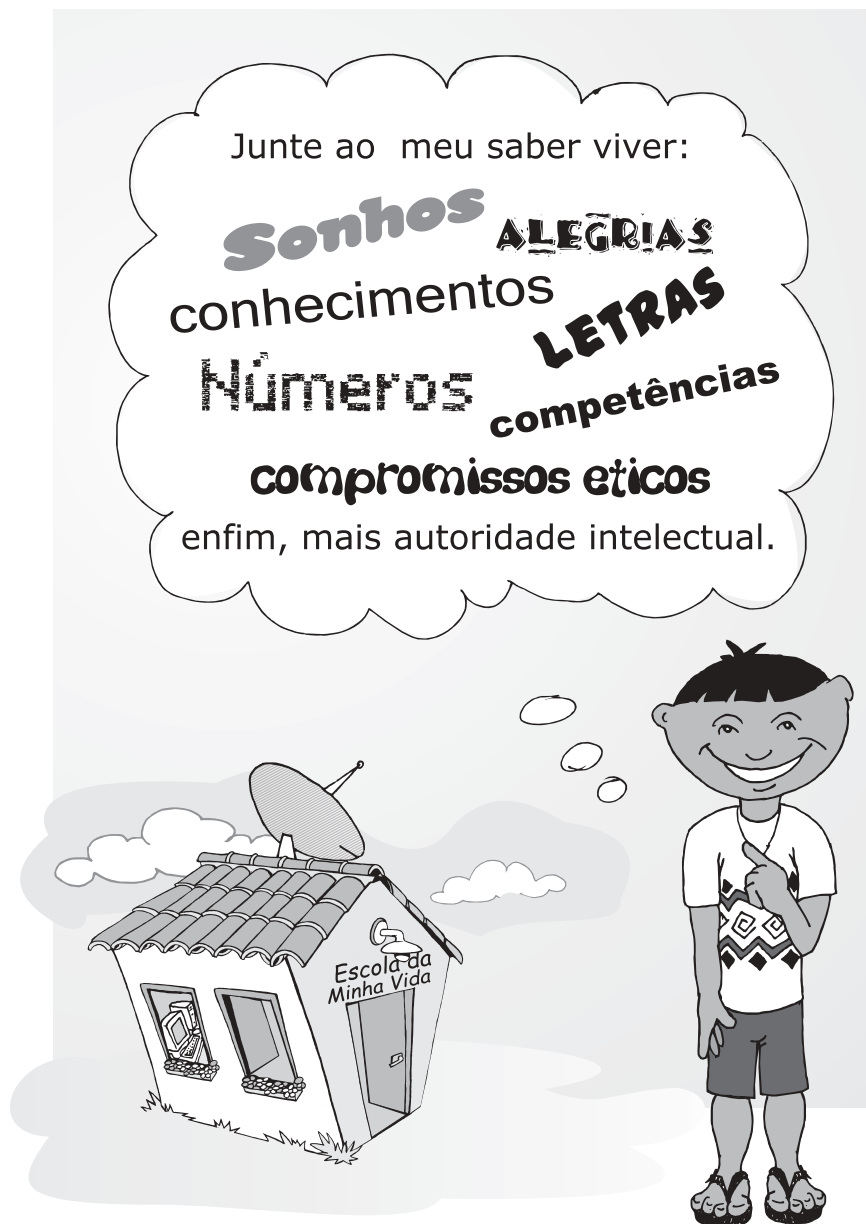
O saber é construído no cotidiano das pessoas, e essa construção é impulsionada na relação pedagógica. Saber se constrói nas relações sociais. Saber se respeita e se amplia.

O conhecimento não é simples resultado de repasse de informações, porque não se passa de um para o outro, como se o conhecimento do professor fosse despejado no estudante. Essa visão de conhecimento foi denunciada como “educação bancária” por Paulo Freire, como já vimos. O estudante não recebe o conhecimento passivamente, nem o integra em si por processos naturais e predeterminados. Desafiado por um problema ou por um novo/outro conhecimento, cada um (re)constrói o conhecimento no confronto com o que já sabe. Logo, o processo de conhecimento, na escola, implica relações de produção e apropriações coletivas entre os diferentes segmentos.

A socialização do conhecimento não é suficiente, porque não é estendido/passado o mesmo conhecimento de um para o outro, como se o conhecimento do professor passasse para o estudante, ficando também no professor. O saber do estudante e o saber sistematizado devem se fazer presentes no ato pedagógico, para que haja o encontro/confronto dos saberes. Portanto, o professor, para mediar esse encontro, é responsável docente pela apresentação do saber sistematizado. Entretanto, esse saber não se socializa no sentido de se distribuir para que esteja com todos e em todos do mesmo jeito. Ele é retrabalhado e reconstruído em cada estudante. Tanto isso é verdade que, por exemplo, quando aprendemos uma língua ou lemos um texto, não temos a mesma aprendizagem.

Não é mera troca, porque o conhecimento do professor não é trocado pelo conhecimento do estudante. O conhecimento não é uma mercadoria. Não pode ser trocado. Quando se usa a palavra “troca”, quer-se, apenas, lembrar que o ato pedagógico não é um monólogo do professor para os estudantes. O estudante também deve apresentar o seu saber, que ao ser aceito e respeitado pelo professor e pelos colegas amplia os processos culturais de todos.

Aprender ou conhecer é ampliar o que já se sabe no desafiador e fascinante encontro ou confronto de saberes diferentes.



*A aprendizagem escolar não anula,
nem substitui as aprendizagens
construídas na comunidade.
Diferentes saberes coexistem nas pessoas
e se enriquecem no encontro de saberes.*

A relação entre as pessoas tornou-se historicamente mais complexa. Por muito tempo as relações se fundavam na força, depois passou a dominar a riqueza e, recentemente, vêm-se instituindo novas formas de dominação. Quando se usa a força, o comportamento das pessoas é determinado pela ameaça, pelo castigo e pelo medo. Quando se usa a riqueza, além da ameaça de não receber ou de perder dinheiro, há a possibilidade de recompensa, de ganhar mais ou de perder menos. Nesse caso, procura-se a vantagem nas relações. A força e a riqueza, quando usadas, se gastam e são limitadas. Nas novas formas de dominação, o conhecimento vem se instituindo no interior das relações humanas entre as pessoas, os grupos e os povos. Domina-se ou dirige-se, agora, pelo conhecimento. O conhecimento, quando apropriado e construído coletivamente, não se consome, não diminui, nem domina ninguém, torna-se vontade coletiva. A construção coletiva do conhecimento é uma forma de compartilhamento do poder, onde todos se tornam dirigentes.



O conhecimento é a única realidade que se multiplica quando é dividido.

3.2 Condições para o encontro de saberes

Para que haja encontro de saberes é preciso promover situações em que os estudantes se defrontem com os diferentes saberes. Quando há, aparentemente, “transmissão de informações” ou “socialização de saberes”, como em uma palestra ou aula expositiva, ou aparente “troca de informações”, como em um trabalho de grupo, a aprendizagem só acontece quando há encontro dos saberes, confronto entre o que os ouvintes de uma exposição ou participantes do grupo pensam e a informação que é apresentada.

Portanto, mais importante que o acesso à informação ou ao saber, é o processo de encontro e confronto entre os saberes, para que ocorra a aprendizagem.

No quadro abaixo, sobre a riqueza do conhecimento, está a síntese do processo de aprender, que ultrapassa, embora inclua de certo modo, a “transmissão”, a “socialização” ou a “troca” de conhecimentos. A história do espelho, como situação-problema de encontro de saberes, é esclarecedora do processo vivido quando se partilham diferentes conhecimentos e todos saem aprendendo.

A RIQUEZA DO CONHECIMENTO

Conhecimento não é mercadoria que se passa para o(s) outro(s) por mera transmissão/socialização ou troca.

Veja estas duas situações:

1) *Uma pessoa dá um presente para a outra*

Uma pessoa fica com o presente e a outra não.

2) *Duas pessoas trocam presentes entre si:*

Cada uma fica com o que a outra lhe deu.

Conhecimento é processo e construção, que se dá no encontro/confronto de saberes:

Duas pessoas conversam entre si, confrontam idéias.

As duas acabam sabendo mais e aprenderam coisas novas.

Aumentaram seu conhecimento.

Saem da conversa sabendo mais do que sabiam antes.

O ENCONTRO DOS SABERES É O NÚCLEO
DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O ESPELHO: ENCONTRO DE SABERES

Uma parábola sobre o respeito ao diferente

Era uma vez...

... um professor curioso por saberes diferentes. Enquanto muitos achavam determinadas posições crendices ou até ignorância, ele procurava desvendar os segredos que fundavam os comportamentos e as opiniões das pessoas.

Um dia, nas andanças da vida, percorria um bairro pobre e foi a uma reunião para discussão de problemas numa comunidade.

Durante a reunião, inesperadamente, o tempo fechou e começou a se ouvir um vento forte. Ao primeiro relâmpago, seguido de forte trovão, a dona da casa correu para cobrir o espelho com uma toalha.

Voltou à reunião e se surpreendeu com a ignorância do professor que não sabia porque ela fora cobrir o espelho. Nessa comunidade era praxe cobrir os espelhos quando o tempo fechava e, principalmente, quando relampagueava. Tinham esse costume para evitar que o espelho atraísse raios.

O professor manifestou curiosidade, porque não conseguia imaginar o que num espelho poderia atrair raios e, muito menos, como uma toalha poderia impedir que o espelho atraísse raios.

Diante da curiosidade do professor, os participantes da reunião começaram a buscar identificar a razão da atração dos raios. Francisco ponderou que não podia ser a madeira da armação do espelho, porque a casa em que estavam era de madeira e, se madeira atraísse raio, a madeira da casa também atrairia e com mais força, porque tinha mais madeira do que o espelho. José continuou dizendo que não podia ser o vidro, porque a casa tinha vidros nas janelas, que atrairiam os raios.

A curiosidade e a busca solidária das razões que fundamentavam o costume de tapar o espelho com uma toalha aumentaram. Aconteceu o inusitado. Sem se dar conta, num determinado momento o Jéferson foi buscar o espelho e, com o espelho sobre a mesa, começaram a buscar o que o espelho tinha que pudesse atrair raio. Não podiam ser os preguinhos que seguravam o papelão atrás do espelho, porque na casa havia muitos pregos e maiores do que esses. Não podia ser o papelão, porque caixas e objetos desse material também havia em abundância pela casa.

Enquanto lá fora trovejava e relampagueava, os participantes da reunião estavam em torno de uma mesa e desmontavam o espelho, procurando descobrir o que o espelho tinha que pudesse atrair raios. A certa altura começaram a desmontar o espelho. De repente, Felipe disse:

“Deve ser esta tinta, atrás do vidro, que transforma o vidro em espelho”.

Depois de muita reflexão e troca de idéias, chegaram à conclusão que deveria ser esse o motivo da atração do raio. Só podia ser essa tinta.

Descobriram que essa “tinta” é do mesmo material com o qual se faz o pára-raio. Portanto, o que parecia ignorância ou credice tinha fundamento. Conversando sobre o fato, chegaram à conclusão de que a quantia que havia no espelho era muito pequena para poder atrair raios e gerar medo nas pessoas. Descobriram, ainda, que uma toalha esconde o espelho dos olhos das pessoas, mas não tem nenhum poder de impedir um raio de atingir seu alvo.

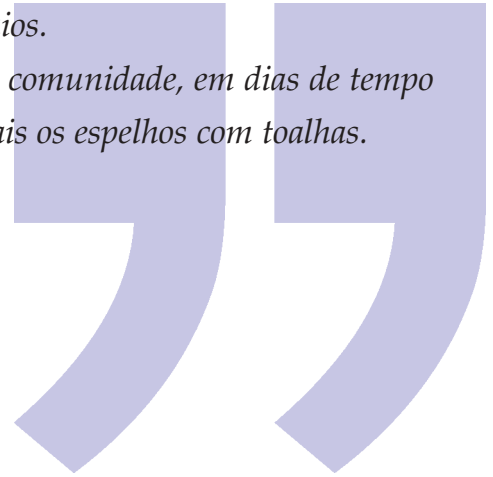
O professor não sabia que o espelho tinha nitrato de prata, nem que o nitrato atrai raio, nem que o pára-raios é feito com ele. Aprendeu no diálogo com os que tinham o costume de cobrir espelhos com toalhas, quando o tempo fechava, para evitar que atraíssem raios. Os moradores nunca tinham parado para pensar sobre o costume de cobrir espelhos com toalhas. Descobriram que, embora o material tivesse o poder de atração, era muito pouco para, de fato, atrair algum raio.

E, no encontro respeitoso entre parceiros com saberes diferentes, o

professor não desqualificou seus interlocutores como ignorantes nem desqualificou sua explicação como crendice sem sentido. Os portadores do costume de tapar espelhos com toalha não se recusaram a explicar por que tinham esse costume e, muito menos, deixaram de buscar coletivamente o que, no espelho, tinha o poder de atrair raios.

No diálogo respeitoso, realizou-se um encontro de saberes diferentes e tanto o professor como a comunidade aprenderam. O professor aprendeu que o material do pára-raio, em pequena quantidade, está na tinta dos espelhos. Os membros da comunidade descobriram que não há razão para ter medo, nem para tapar espelhos com toalhas, porque a quantidade do material é muito reduzida para atrair raios.

O professor já esteve várias vezes na comunidade, em dias de tempo fechado, e percebeu que não tapavam mais os espelhos com toalhas.



Experiências como essa mostram como nos tornamos mais gente no encontro com outros. No enfrentamento de um problema concreto, confrontam-se conhecimentos e saberes e todos acabam aprendendo, sabendo mais do que sabiam antes. Nesse debruçar-se coletivo sobre um problema, todos aprendem a partilhar, a pôr em comum e desenvolvem suas capacidades para a convivência co-responsável e para a democracia. Nessa convivência de construção coletiva que se realiza no encontro de saberes, as pessoas desenvolvem a sensibilidade e encontram o sentido das coisas. Em decorrência, mudam o comportamento pessoal e ampliam suas capacidades de intervir na construção da história.

Como o professor e os outros participantes nessa experiência, em cada encontro de saberes nos tornamos mais gente, construímos a nossa liberdade, a nossa responsabilidade, a nossa alegria de conviver e o sentido de nossas vidas.

O Conselho Escolar é uma instância privilegiada para que a escola cumpra sua função na formação das pessoas. Cada membro do Conselho é co-responsável pelo respeito e pela valorização do saber do estudante e do patrimônio cultural da comunidade e, ao mesmo tempo, pela construção coletiva, solidária e co-responsável desse respeito e dessa valorização.



O saber, o conhecimento, a sensibilidade, a convivência social e o sentido são realidades que

- 1) se multiplicam quando divididas,**
- 2) aumentam quando usadas.**

Trabalhar o saber nessa perspectiva fundamenta o compartilhamento, a democracia e a construção de um mundo justo, de qualidade de vida digna para todas as pessoas. O Conselho Escolar é a instância de zelo por esta educação básica, pública, gratuita, universal e de qualidade social.

Pescador, você conhece astronomia, matemática, cibernética?



Você conhece biologia, língua portuguesa, filosofia...?



Doutor, o senhor sabe nadar?



Referências

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva; FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. São Paulo: Papirus, 1999.

APAP, Georges et al. **A construção dos saberes e da cidadania: da escola à cidade**. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

AQUINO, J. G. **Diferenças e preconceito na escola**. São Paulo: Summus, 1998.

———. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

———. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

———. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

SENNETT, R. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença:** a perspectiva de estudos culturais. Porto Alegre: Artmed, 1999.

WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (Coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997.** Brasília; Campinas: ANPAE; Autores Associados, 2001.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino

Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Sala 526 – Edifício-Sede

CEP 70047-901 – Brasília/DF

Telefones: (61) 2104-8666 / 2104-9284 - Fax: (61) 2104-8337

e-mail: conselhoescolar@mec.gov.br

